



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Pró-Reitoria Administrativa
Coordenação de Material e Patrimônio
Comissão Permanente de Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 21/2022
PROCESSO Nº 23110.034642/2020-12

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Fundação Universidade Federal de Pelotas, por meio da Comissão Permanente de Licitações, sediada na Rua Gomes Carneiro, 01 – Campus Porto, Bairro Centro, Pelotas/RS, CEP 96010-610, telefone (53) 3284-3924, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço por lote, para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO E COMPRA DE MATERIAL PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO**, conforme pedido 3928/2022 da S. GESTÃO TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, das Instruções Normativas SEGES/MP nº 05, de 26 de maio de 2017 e nº 03, de 26 de abril de 2018 e da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

1. DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA ABERTURA DA LICITAÇÃO

DATA: **10/06/2022**

HORÁRIO: **09:00 horas** (horário de Brasília)

LOCAL: www.comprasgovernamentais.gov.br

CÓDIGO UASG: **154047**

- 1.1. O encaminhamento das propostas terá início com a divulgação do aviso de Edital no site www.comprasgovernamentais.gov.br, até a data e horário da abertura da licitação (definidos acima), exclusivamente por meio eletrônico.
- 1.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

2. DO OBJETO

- 2.1. Esta licitação tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO E COMPRA DE MATERIAL PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO**, conforme pedido 3928/2022 da S. GESTÃO TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, e conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 2.2. **Qualquer discordância entre a descrição do objeto neste edital e o contido no Compras Governamentais, valerá o primeiro.**
- 2.3. A licitação será composta por um grupo, formado por 40 (quarenta) itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.
- 2.4. O critério de julgamento adotado será o menor preço GLOBAL do grupo, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 3.2. Para iniciar o procedimento do registro cadastral, o fornecedor interessado, ou quem o represente, deverá acessar o Sicafe no Portal de Compras do Governo Federal, no site eletrônico www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. Poderão participar deste Pregão entidades empresariais cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados indicados no item acima:

4.2.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5. que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.2.7. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário);

4.2.8. instituições sem fins lucrativos (parágrafo único do art. 12 da Instrução Normativa/SEGES nº 05/2017)

4.2.8.1. É admissível a participação de organizações sociais, qualificadas na forma dos arts. 5º a 7º da Lei 9.637/1998, desde que os serviços objeto desta licitação se insiram entre as atividades previstas no contrato de gestão firmado entre o Poder Público e a organização social (Acórdão nº 1.406/2017- TCU-Plenário), mediante apresentação do Contrato de Gestão e dos respectivos atos constitutivos.

4.2.9. sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

4.3. Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

4.3.1. detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

4.3.2. de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.2.1. Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4. Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5. Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.5.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. O licitante será responsável pelas transações efetuadas em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à UFPel responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.6. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.7. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema.

5.8. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.9. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. **Valor unitário e VALOR TOTAL** do item;

6.1.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Caso haja divergência entre o serviço cadastrado no Compras Governamentais e o serviço apresentado na proposta encaminhada após a fase de lances, o Pregoeiro poderá solicitar, via chat, a confirmação de qual serviço será prestado.

6.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.

6.4.1. A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.4.2. Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MP n.5/2017.

6.5. A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.5.1. cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.5.2. cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas (Acórdão nº 1455/2018 - TCU - Plenário).

6.9.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.10. A validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega das propostas (abertura da sessão), caso a homologação não ocorra dentro dos 60 (sessenta) dias, ficam os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.10.1. Se por ventura o pregão demorar mais de 60 (sessenta) dias, o Pregoeiro poderá solicitar confirmação, por parte do licitante, de que renova sua proposta. Assim, a validade da proposta passa a ser de 60 (sessenta) dias a contar da data da renovação.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será **desclassificada** a proposta que **identifique o licitante**.

- 7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
- 7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.2.4. **Eventual pedido de desclassificação do licitante deverá ser acompanhado de justificativa**, cabendo ao pregoeiro deliberar sobre sua aceitação ou recusa.
- 7.2.4.1. Se o pedido de desclassificação ocorrer durante a fase de lances e for possível a exclusão do lance pelo Pregoeiro antes do encerramento do item, o pedido será considerado aceito.
- 7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 7.5.1. Os lances deverão ser ofertados para o valor **TOTAL** do item, **com apenas duas casas decimais**. Caso o lance tenha mais de duas casas decimais, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar os itens desconsiderando a terceira e quarta casa após a vírgula, de forma que o valor fique com no máximo duas casas decimais.
- 7.6. Será declarado vencedor do lote a empresa que obtiver o menor valor global do lote, onde a empresa deverá cotar lances para todos os itens e os mesmos deverão estar dentro do valor estimado.
- 7.6.1. caso algum item do grupo não seja o menor valor cotado na fase de lances, o pregoeiro passará a negociar o valor com o licitante detentor do menor valor global.
- 7.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.8. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.9. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 2 % (dois por cento).
- 7.10. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.
- 7.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 7.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 7.13. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 7.14. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 7.15. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 7.16. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com o subitem anterior deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;
- 7.16.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.
- 7.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.18. O resultado da divisão do valor total do lance pela quantidade a ser adquirida não poderá exceder a duas casas decimais. Caso isto ocorra o Pregoeiro estará autorizado a arredondar o valor do lance para menos, de forma que o resultado desta divisão não exceda duas casas após a vírgula.
- 7.19. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.20. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.20.1. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.21. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.
- 7.22. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 7.23. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.
- 7.23.1. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.23.2. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.23.3. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.23.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.24. Para que seja aplicado o benefício, a Licitante que se enquadrar como microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, deverá expor sua condição (ME, EPP ou Cooperativa) em campo *próprio no sistema*, no momento do registro de sua proposta no Compras Governamentais, para que o sistema possa aplicar o exposto na LC 123/06 e no art. 34, da Lei nº. 11.488/07.

7.25. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.25.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços prestados:

7.25.1.1. por empresas brasileiras;

7.25.1.2. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.25.1.3. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.26. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. **O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de no mínimo 2 (duas) horas, a ser definido pelo Pregoeiro via chat em sessão pública, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.**

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

8.1.1. Em relação às especificações do objeto, sempre que necessário o Pregoeiro se reserva o direito de consultar a área técnica demandante, com a finalidade de analisar o cumprimento do objeto ofertado frente ao solicitado no edital.

8.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.2.1. não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.2.2. contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.2.3. não apresente as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência;

8.2.4. apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.2.4.1. Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes

8.3. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.4. Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexequibilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e exequibilidade da proposta.

8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.5.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema ("enviar anexo"), estabelecendo no "chat" prazo razoável para tanto, sob pena de não aceitação da proposta. Caso o sistema seja considerável instável pelo Pregoeiro, o licitante poderá ser convocado para envio de documentação via e-mail.

8.6.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.8. Se a proposta ou lance de menor valor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

- 8.8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.8.3. Caso haja necessidade, o Pregoeiro poderá realizar a negociação via e-mail, informando no chat o valor negociado.
- 8.9. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.11. Para possíveis trocas de mensagens, após a fase de lances, inclusive em relação a negociação de valores, o Pregoeiro irá conceder prazo razoável para resposta do licitante. O prazo mínimo que será concedido é de 10 (dez) minutos, podendo ser superior, a critério do Pregoeiro.
- 8.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1. SICAF;

9.1.2. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apfapps.tcu.gov.br/>).

9.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.2.1.2. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.5. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante será verificada por meio do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, nos documentos por ele abrangidos, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto nos arts. 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.5.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.5.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.5.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.6. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.7. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.8. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.9. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.9.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.10. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.10.1. Habilitação jurídica:

9.10.1.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.10.1.2. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.10.1.3. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.10.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.10.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

9.10.1.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.10.2. Regularidade fiscal e trabalhista:

9.10.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

9.10.2.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.10.2.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.10.2.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.10.2.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual

9.10.2.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.10.2.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.10.2.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10.2.9. Quando se tratar da subcontratação prevista no art. 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006, a licitante melhor classificada deverá, também, apresentar a documentação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e/ou empresas de pequeno porte que serão subcontratadas no decorrer da execução do contrato, ainda que exista alguma restrição, aplicando-se o prazo de regularização previsto no art. 4º, §1º do Decreto nº 8.538, de 2015.

9.10.3. Qualificação Econômico-Financeira:

9.10.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.3.2. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
2. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.3.3. Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

9.10.3.4. As empresas, cadastradas ou não no SICAF, que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.10.3.5. A critério do pregoeiro e equipe de apoio, tendo em vista a complexidade do objeto licitado, poderá ser solicitada às empresas, cadastradas ou não no SICAF, a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de:

8.10.3.5.1. comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei, vedada a substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.

8.10.3.5.2. comprovação, por meio de declaração, da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do ANEXO VII-E da IN SEGES/MP nº 05/2017, de que 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada, vigentes na data da sessão pública de abertura deste Pregão, não é superior ao Patrimônio Líquido do licitante, podendo este ser atualizado na forma já disciplinada neste Edital;

8.10.3.5.2.1. a declaração de que trata a subcondição acima deverá estar acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social,

8.10.3.5.2.2. quando houver divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a declaração aqui tratada e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), deverão ser apresentadas, concomitantemente, as devidas justificativas.

9.10.4. Qualificação Técnica:

9.10.4.1. Apresentar documentação de que a licitante possui Técnico com Certificação, em pleno vigor, em Cabeamento Estruturado (específico) que poderá ser emitido por unidades de ensino reconhecidas ou fabricantes, em nome do funcionário que efetivamente irá

desenvolver as atividades que compõem o objeto desta licitação, não serão aceitos certificados de participação.

9.10.4.2. Comprovação de que o(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) pela licitante, no item anterior pertence(m) ao seu quadro permanente, mediante a apresentação de um dos seguintes documentos: a) Apresentação de vínculo trabalhista (registro em carteira de trabalho e previdência social – CTPS) em sendo o profissional empregado da licitante ou; b) Apresentação de Contrato Social, em sendo o profissional integrante do quadro societário da licitante ou; c) Apresentação de Contrato de Prestação de Serviço regido pela legislação civil, celebrado entre o profissional e a empresa licitante.

9.10.4.3. Certidão de registro da empresa (pessoa jurídica) participante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, com vigência na data de abertura dos envelopes de habilitação, na qual deverá constar o(s) nome(s) do(s) Responsável(eis) Técnico(s) indicado(s) pela licitante que será responsável pelos serviços.

9.10.4.4.

9.10.4.5. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por período não inferior a três anos, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

8.10.4.2.5. A critério do pregoeiro, caso julgue necessário, o licitante deverá disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, consoante o disposto no item 10.10 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017.

9.10.4.6. Atestado de vistoria assinado pelo servidor responsável.

8.10.4.4.1. O atestado de vistoria poderá ser substituído por declaração emitida pelo licitante em que conste, alternativamente, ou que conhece as condições locais para execução do objeto; ou que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, assume total responsabilidade por este fato e não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem desavenças técnicas ou financeiras com a contratante.

9.11. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.12. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.12.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.13. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.14. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.15. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.16. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.17. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.18. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada, após solicitação do Pregoeiro, por meio de funcionalidade disponível no sistema (“enviar anexo”), no prazo mínimo de até **2 (duas) horas**, o qual será definido pelo Pregoeiro via chat em sessão pública, e deverá:

10.1.1. apresentar os valores finais negociados, os dados da empresa, incluindo telefone e e-mail para contato, e estar devidamente assinada;

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. O prazo estipulado para envio da documentação poderá ser prorrogado, a critério do Pregoeiro.

10.3. O não encaminhamento dos documentos exigidos nos prazos estabelecidos poderá implicar na desclassificação do licitante, com consequente aplicação das penalidades cabíveis na lei.

10.4. Somente mediante autorização do Pregoeiro e em caso de indisponibilidade do sistema será aceito o envio da documentação por meio e-mail para cpl.ufpel@gmail.com.

10.5. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.5.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

10.6. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.6.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.7. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.8. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.9. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

11.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

11.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

11.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

11.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

11.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

12. DOS RECURSOS

12.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

12.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

12.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

12.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito e a consequente adjudicação do objeto pelo Pregoeiro ao licitante vencedor.

12.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

12.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

14.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 154181 - S. GESTÃO TECNOLOGIA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Fonte: 8100000000 - RECURSOS ORDINARIOS

Programa de Trabalho: 170277 - FUNCIONAMENTO DE INSTITUICOES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO RS

Elemento de Despesa: 339040 - SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PJ

PI: MTINFQ3500N - TECNOLOGIA DA INFORMACAO-CUSTEIO (ND 339040)

15. DO PREÇO

15.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.2. Será admitido o reajuste do valor do serviço, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data da apresentação da proposta da CONTRATADA para o primeiro reajuste ou da data da último reajuste para os subsequentes.

15.3. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para o presente serviço, a CONTRATADA aceita negociar a adoção de preço compatível com o serviço contratado.

16. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

16.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto estão previstos no Termo de Referência.

17. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

17.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

18. DO PAGAMENTO

18.1. A nota fiscal será emitida pela CONTRATADA após os seguintes procedimentos:

18.1.1. Ao final de cada mês da execução contratual, a CONTRATADA apresentará um relatório prévio dos serviços executados no período, através de planilha e memória de cálculo detalhada;

18.1.2. A CONTRATANTE terá o prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data da apresentação do relatório, para aprovar ou rejeitar, no todo ou em parte, a prestação do serviço relatado pela CONTRATADA.

18.2. O prazo para pagamento será de até **30 (trinta) dias**, contados a partir da data do ateste da Nota Fiscal/Fatura, acompanhada dos demais documentos comprobatórios do cumprimento das obrigações da Contratada.

18.3. O pagamento somente será efetuado após a conferência do “atesto” pelo servidor competente (Fiscal) da nota fiscal apresentada pela Contratada, quitação de encargos sociais e encargos incidentes, e da verificação da perfeição técnica do trabalho realizado.

18.3.1. O “atesto” da nota fiscal fica condicionado à verificação da sua conformidade apresentada pela CONTRATADA com os serviços efetivamente executados, bem como, do acompanhamento da situação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme descrito abaixo:

18.3.1.1. Consulta da regularidade fiscal e trabalhista, seja positiva ou negativa, através de acesso “on-line” ao SICAF - Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no artigo 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

18.4. Havendo erro na apresentação de qualquer dos documentos exigidos nos subitens anteriores, exceto no que trata da regularidade fiscal, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

18.4.1. Quando constatada a irregularidade fiscal devem ser adotados os procedimentos estabelecidos no art. 31 da IN SEGES/MP nº 03/2018.

18.5. Antes do pagamento, a CONTRATANTE verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do cadastramento da CONTRATADA no SICAF e/ou nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, autenticado e juntado ao processo de pagamento.

18.5.1. Será verificada também, antes do pagamento, a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em consulta ao portal do Tribunal Superior do Trabalho.

18.6. Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável, inclusive quanto ao artigo 31 da Lei nº 8.212, de 1991.

18.6.1. Quanto ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), será observado o disposto na Lei Complementar nº 116, de 2003, e legislação municipal aplicável;

18.7. O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em conta-corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

18.8. Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

18.9. A CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA, que porventura não tenha sido acordada no contrato.

18.10. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. As penalidades contratuais são as previstas na Lei 8.666/93, no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto 10.024/2019 e demais normas cogentes.

19.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e na Lei 8.666/93 o licitante/adjudicatário/contratado que:

- 19.2.1. não assinar o termo de contrato quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 19.2.2. apresentar documentação falsa;
- 19.2.3. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- 19.2.4. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 19.2.5. não manter a proposta;
- 19.2.6. comportar-se de modo inidôneo;
- 19.2.7. cometer fraude fiscal;
- 19.2.8. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 19.2.9. falhar ou fraudar na execução do contrato.

19.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto desta contratação, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

a. **Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

b. **Multa** compensatória de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da contratação. Estabelece-se abaixo os percentuais de Multa para os seguintes fatos geradores:

b.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

b.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

b.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

b.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato; e

b.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

b.6. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

c. **Suspensão** de licitar e impedimento de contratar com a Universidade Federal de Pelotas, pelo prazo de até dois anos;

d. **Declaração de Inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da penalidade de suspensão do subitem anterior.

19.3.1. A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o Contrato, após devidamente convocada, dentro do prazo estabelecido pela Administração, equivale à inexecução total do contrato, sujeitando-a às penalidades acima estabelecidas.

19.3.2. A aplicação de qualquer penalidade não exclui a aplicação da multa.

19.4. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta licitação: a. tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos; b. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; c. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

19.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o 9º procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

19.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

19.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

19.8. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.9. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

19.10. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

20. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

20.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

20.2. A impugnação deverá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail cpl.ufpel@gmail.com.

20.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

20.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

- 20.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 20.6. O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.
- 20.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 20.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 20.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a Administração.

21. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 21.1. Será exigida a prestação de garantia pela Contratada, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, optando por uma das seguintes modalidades:
- a. Caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;
 - b. Seguro-garantia ou
 - c. Fiança bancária.
- 21.2. A garantia deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da assinatura do contrato. Caso a garantia não seja apresentada nesse prazo, a Contratante fica autorizada a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993;
- 21.3. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento);
- 21.4. Será exigida garantia adicional, caso configurada a hipótese prevista do § 2º do artigo 48 da Lei nº 8.666, de 1993;
- 21.5. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, conforme item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG nº 5/2017, e deverá ser renovada em caso prorrogação contratual;
- 21.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
- 21.6.1. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - 21.6.2. prejuízos causados à Contratante, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - 21.6.3. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Contratante à Contratada;
 - 21.6.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela contratada, quando couber.
- 21.7. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria;
- 21.8. No caso de caução em dinheiro, o depósito deverá ser efetuado na Caixa Econômica Federal mediante depósito identificando o crédito em nome da Fundação Universidade Federal de Pelotas, com correção monetária;
- 21.9. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.
- 21.10. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.
- 21.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.
- 21.12. Se o valor da garantia for utilizado, total ou parcialmente, pela Contratante, para compensação de prejuízo causado no decorrer da execução contratual por conduta da Contratada, esta deverá proceder à respectiva reposição no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data em que tiver sido notificada.
- 21.13. Após três meses do fim da execução do contrato, constatado o regular cumprimento de todas as obrigações a cargo da Contratada, a garantia por ela prestada será liberada ou restituída e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente, deduzidos eventuais valores devidos à Contratante.
- 21.14. A Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
- 21.15. A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, conforme estabelecido no item 1.2, 'c', do anexo VII-B da IN SLTI/MPDG nº 05, de 2017, observada a legislação que rege a matéria, quando for o caso.
- 21.16. Após a execução do contrato, será verificado o pagamento das verbas rescisórias decorrentes da contratação, ou a realocação dos empregados da Contratada em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção dos respectivos contratos de trabalho, quando for o caso.
- 21.17. Será considerada extinta a garantia:
- 21.17.1. com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Contratante, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;
 - 21.17.2. no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MPDG n. 05/2017.

22. DO TERMO DE CONTRATO

- 22.1. Para o fiel cumprimento das obrigações assumidas, será firmado Contrato com a adjudicatária, de acordo com a legislação vigente, com vigência de 12 meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por iguais e sucessivos períodos, com vantagens para a Administração, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme minuta constante do Anexo IV, a qual será adaptada à proposta da empresa vencedora.
- 22.2. Para assinatura do Termo de Contrato e de eventuais Termos Aditivos, quando for o caso, o representante legal do licitante vencedor deverá credenciar-se previamente no Sistema Eletrônico de Informações - SEI-UFPEL.
- 22.3. A Universidade Federal de Pelotas convocará a adjudicatária, para assinar o Contrato e retirar a Nota de Empenho, a qual terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação para comparecer à Administração, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas neste Edital.
- 22.3.1. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, as quais deverão ser mantidas pela adjudicatária durante a vigência do contrato.
- 22.3.2. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.
- 22.4. O prazo estabelecido no subitem 22.3 para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Universidade Federal de Pelotas.
- 22.5. Será admitido o reajuste do valor do serviço, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA** ou outro que venha substituí-lo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado da data da apresentação da proposta da CONTRATADA para o primeiro reajuste ou da data da último reajuste para os subsequentes.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.
- 23.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 23.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 23.4. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 23.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 23.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 23.7. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 23.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 23.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 23.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 23.11. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 23.12. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 23.12.1. **Em caso de divergência entre o valor cadastrado pelo fornecedor no Comprasgovernamentais e o valor apresentado em sua proposta, após a fase de lances, prevalecerá o valor do Comprasgovernamentais.**
- 23.13. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar este Pregão, nos termos da legislação, sem que caiba aos participantes direito à reclamação ou indenização.
- 23.14. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido “in albis”, o prazo estabelecido no art. 41, § 2º da Lei 8.666/93.
- 23.15. A licitante vencedora obriga-se a manter durante o período da contratação, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório, notadamente a regularidade fiscal, sem a qual não será efetivado pagamento algum, sem configuração de mora da UFPEL.
- 23.16. Após a fase de lances, toda e qualquer comunicação da UFPEL com a licitante poderá ocorrer por correio eletrônico (e-mail), sendo obrigação da empresa manter o cadastro atualizado no SICAF. O endereço de e-mail para contato utilizado na comunicação poderá ser aquele cadastrado no SICAF ou o e-mail cadastrado na Proposta enviada após a fase de lances.
- 23.16.1. A empresa, quando notificada via e-mail, deverá confirmar o recebimento do mesmo. Caso contrário, o prazo concedido para resposta começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.
- 23.17. **Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa.**
- 23.18. A UFPEL emitirá solicitação na quantidade que for de seu interesse. Não há quantidade/valor mínimo a ser solicitado, devendo o licitante fornecer o objeto conforme solicitado.
- 23.19. As dúvidas e inadimplência serão resolvidas no foro da Justiça Federal-Subseção Judiciária de Pelotas.

23.20. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.ufpel.edu.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos na Rua Gomes Carneiro, nº 01, Campus Porto, Prédio da Reitoria, Coordenação de Material e Patrimônio (CMP) – Licitações, Bairro Centro, Pelotas/RS, nos dias úteis, no horário das 08h00min às 12h00min e das 14h00min às 18h00min, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados..

23.21. Informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento do objeto desta licitação, serão solicitados ao pregoeiro, *exclusivamente* através do endereço eletrônico: cplufpel@gmail.com.

23.22. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- 23.22.1. ANEXO I - Termo de Referência - A;
- 23.22.2. ANEXO II - Termo de Referência - B;
- 23.22.3. ANEXO III - Estudo técnico preliminar da contratação;
- 23.22.4. ANEXO IV - Minuta de Termo de Contrato;
- 23.22.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de Vistoria;
- 23.22.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de Responsabilidade;
- 23.22.7. ANEXO VII - Modelo de orçamento

Pelotas, 13 de maio de 2022.

Paulo Afonso Hartmann Almeida

Pregoeiro

Revisado por:

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA - A
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 21/2021
PROCESSO Nº 23110.034642/2020-12

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo menor preço, tem por objeto a **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO E COMPRA DE MATERIAL PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO**, de acordo com as especificações e quantidades abaixo relacionadas:

Item	Lote	Quantidade	Unidade	Código SIASG	Especificação	Valor Unitário R\$	Valor Total R\$
1	1	25	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO DE EXTENSÃO ÓTICA DUPLEX MONOMODO, COM 1,5M, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ELEMENTO DE TRAÇÃO ARAMIDA DIELÉTRICO CAPA EXTERNA EM PVC RETARDANTE À CHAMA; CONECTORIZADOS EM APENAS UMA DAS EXTREMIDADES; ABNT NBR 14106; TOLERÂNCIA DE +3% PARA O COMPRIMENTO DA EXTENSÃO; DI METRO 2MM.	56,85	1421,25
2	1	15	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO DE EXTENSÃO ÓTICA DUPLEX MULTIMODO 50µM OU MULTIMODO 65µM LC UPC, COM 1,5M, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ELEMENTO DE TRAÇÃO ARAMIDA DIELÉTRICO CAPA EXTERNA EM PVC RETARDANTE À CHAMA; CONECTORIZADOS EM APENAS UMA DAS EXTREMIDADES; ABNT NBR 14106; TOLERÂNCIA DE +3% PARA O COMPRIMENTO DA EXTENSÃO; DI METRO 2MM.	62,59	938,85
3	1	300	UNIDADE	22365	"FORNECIMENTO DE PATCH CABLE EM CABO UTP CAT.5E COM 1.5 METROS DE COMPRIMENTO. PATCH CORDS EM CABO UTP CAT.5e FLEXÍVEL 1,5M - Especificações: - Comprimento: 1,5 m - Diâmetro nominal: 5,2 mm - Tipo de conector RJ-45, conectorizado em ambas extremidades - Tipo de cabo U/UTP: Cat.5E - Quantidade de pares 4 pares, 24 AWG - Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm - Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27 µm) de ouro e 100 µin (2,54µm) de níquel - Padrão de montagem: T568A/B - Ao menos 750 ciclos de inserções - Resistência Elétrica Máxima do condutor a 20°C: 93,8 Ω/km - Capacitância Mútua Máxima a 20°C: 56	25,01	7503

					pF/m - Impedância Característica Nom. a 20°C de 1MHz a 100MHz: 100±15% ? - Velocidade de Propagação Nom.: 66 % - Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e todos os protocolos LAN anteriores - O produto deve estar na embalagem original fornecida pela o fabricante, no qual deve conter informações claras sobre o produto, Nome do fabricante e dados para contato, além do número da certificação na Anatel - UL Listed - Garantia, mínima do fabricante: 12 meses"		
4	1	300	UNIDADE	22365	<p>"FORNECIMENTO DE PATCH CABLE EM CABO UTP CAT.5E COM 2.5 METROS DE COMPRIMENTO.</p> <p>PATCH CORDS EM CABO UTP CAT.5e FLEXÍVEL 2,5M - Especificações: - Comprimento: 2,5 m - Diâmetro nominal: 5,2 mm - Tipo de conector RJ-45, conectorizado em ambas extremidades - Tipo de cabo U/UTP: Cat.5E - Quantidade de pares 4 pares, 24 AWG - Tipo de condutor: Cobre eletrolítico, flexível, nu, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,20mm - Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µin (1,27 µm) de ouro e 100 µin (2,54µm) de níquel - Padrão de montagem: T568A/B - Quantidade de ciclos: ? 750 RJ-45 - Resistência Elétrica Máxima do condutor a 20°C: 93,8 ?/km - Capacitância Mútua Máxima a 20°C: 56 pF/m - Impedância Característica Nom. a 20°C de 1MHz a 100MHz: 100±15% ? - Velocidade de Propagação Nom.: 66 % - Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e todos os protocolos LAN anteriores - Deve contar com informações de rastreabilidade com nome do fabricante e número de série impresso ou afixado no corpo do produto - O produto deve estar na embalagem original fornecida pela o fabricante, no qual deve conter informações claras sobre o produto, Nome do fabricante e dados para contato, além dos números do certificado na Anatel - Produto deve atender as políticas de respeito ao meio ambiente RoHS - UL Listed - Garantia, mínima do fabricante: 12 meses."</p>	31,68	9504
5	1	400	UNIDADE	22365	<p>"FORNECIMENTO DE PATCH CABLE EM CABO UTP CAT.6 COM 1.5 METROS DE COMPRIMENTO.</p> <p>PATCH CORDS EM CABO UTP CAT.6 FLEXÍVEL 1,5M - Comprimento 1,5m - Diâmetro nominal 6 mm - Tipo de conector RJ-45, conectorizado em ambas extremidades - Suporte a POE padrões 802.3af e 802.3at - Tipo de cabo CAT.6 U/UTP - Tipo de condutor Cobre eletrolítico, flexível, nú, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,2 mm. Capa feita de poliolefina ou polietileno e pode suportar largura de banda de 250MHz - Classe de flamabilidade CM, CMR ou LSZH - Quantidade de pares 4 pares, 24 AWG - Material do contato elétrico 8 vias em bronze fosforoso com 50 ?in (1,27 ?m) de ouro e 100 ?in (2,54 ?m) de níquel - Material do corpo do produto material Termoplástico transparente não propagante à chama UL 94V-0 - Padrão de montagem T568A/B - Ao menos 750 ciclos de inserções - Força de retenção 50N, Resistência máxima do condutor 93,8 ?/km - Capacitância Mútua @ 1kHz 56 pF/m - Impedância característica 100±15%? - Prova de tensão Elétrica entre condutores 2500 VDC/3s - Velocidade de propagação nominal 66% - Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial, e todos os protocolos LAN anteriores - Deve contar com informações de rastreabilidade com nome do fabricante e número de série impresso ou afixado no corpo do produto - O produto deve estar na embalagem original fornecida pela o fabricante, no qual deve conter informações claras sobre o produto, Nome do fabricante e dados para contato, além dos números do certificados da Anatel - Produto deve atender as políticas de respeito ao meio ambiente RoHS - Certificado Anatel - UL Listed - Garantia, mínima de 12 meses."</p>	56,07	22428
6	1	400	UNIDADE	22365	<p>"FORNECIMENTO DE PATCH CABLE EM CABO UTP CAT.6 COM 2.5 METROS DE COMPRIMENTO.</p> <p>PATCH CORDS EM CABO UTP CAT.6 FLEXÍVEL 2,5M - Comprimento 2,5m - Diâmetro nominal 6 mm - Tipo de conector RJ-45, conectorizado em ambas extremidades - Suporte a POE padrões 802.3af e 802.3at - Tipo de cabo CAT.6 U/UTP - Tipo de condutor Cobre eletrolítico, flexível, nú, formado por 7 filamentos de diâmetro nominal de 0,2 mm. Capa feita de poliolefina ou polietileno e pode suportar largura de banda de 250MHz - Classe de flamabilidade CM, CMR ou LSZH - Quantidade de pares 4 pares, 24 AWG - Material do contato elétrico 8 vias em bronze fosforoso com 50 ?in (1,27 ?m) de</p>	70,99	28396

					ouro e 100 µm (2,54 µm) de níquel - Material do corpo do produto material Termoplástico transparente não propagante à chama UL 94V-0 - Padrão de montagem T568A/B - Ao menos 750 ciclos de inserções - Força de retenção 50N, Resistência máxima do condutor 93,8 N/km - Capacitância Mútia @ 1kHz 56 pF/m - Impedância característica 100±15% - Prova de tensão Elétrica entre condutores 2500 VDC/3s - Velocidade de propagação nominal 66% - Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial, e todos os protocolos LAN anteriores - Deve contar com informações de rastreabilidade com nome do fabricante e número de série impresso ou afixado no corpo do produto - O produto deve estar na embalagem original fornecida pela o fabricante, no qual deve conter informações claras sobre o produto, Nome do fabricante e dados para contato, além dos números dos certificados na Anatel - Produto deve atender as políticas de respeito ao meio ambiente RoHS - Certificado Anatel - UL Listed - Garantia, mínima de 12 meses."		
7	1	80	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DE FUSÃO EM FIBRA ÓPTICA MM e SM.	79,67	6373,6
8	1	450	METRO	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ACESSÓRIO EM SISTEMA DE ELETROCALHA GALVANIZADA 100X50 MM TAL COMO CURVA, DESVIO, REDUÇÃO, ?T? OU OUTRO.	32,83	14773,5
9	1	25	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE AP ROTEADOR - Access Point, padrão IEEE 802.11ac, Dual-Band simultâneo, 2,4GHz e 5 GHz, uso externo; - Interfaces: 02 portas 10/100/1000Mbps; - Botões: Reset; - Antenas 03 Internal Dual-Band Antennas de 8dBi cada; - Capacidade: 450 Mbps (2.4GHz - 3x3 MIMO), 1300 Mbps (5GHz - 3x3 MIMO); - Padrões Wireless: 802.11 a/b/g/n/ac; - Alimentação: 802.3af PoE (suporta 44 a 57VDC); - Consumo máximo de energia: 9W; - Potência máxima TX: 22dBm (2.4GHz e 5GHz, cada); - BSSID: até 8 por rádio; - Segurança wireless: WEP, WPA-PSK, WPA-Enterprise (WPA/WPA2, TKIP/AES); - Certificações: CE, FCC, IC; - Montagem: teto ou parede (kit incluso); - Temperatura em operação: -40 a 70° C (-40 to 158° F); - Umidade em operação: 5 a 95% sem condensação; Gerenciamento avançado de tráfego: - VLAN: 802.1Q; - QoS avançado: limite de tráfego por usuário; - Tráfego de hóspedes: isolamento suportada; - WMM: voz, vídeo, melhor esforço e background; - Clientes simultâneos: capacidade mínima de 250 clientes simultâneos; Padrões suportados: - 802.11a: 6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, 54 Mbps; - 802.11n: 6.5 Mbps to 450 Mbps (MCS0 - MCS23, HT 20/40); - 802.11ac: 6.5 Mbps to 1300 Mbps (MCS0 ? MCS9 NSS1/2/3, VHT 20/40/80); - 802.11b: 1, 2, 5.5, 11 Mbps; - 802.11g: 6, 9, 12, 18, 24, 36, 48, 54 Mbps. Modelo de Referência: Ubiquiti UAP-AC-M-PRO	3050	76250
10	1	150	METRO	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CABO CAT 5E FTP, 24 AWG X 4 PARES, PARA USO EXTERNO	28,08	4212
11	1	15	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA DE EMENDA DE FIBRA ÓTICA MM OU SM EXTERNA, AÉREA, PARA ATÉ 4 FIBRAS	526,4	7896
12	1	40	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CAIXA DE TERMINAÇÃO 4 FIBRAS ÓTICAS MM ou SM PARA FIXAÇÃO EM PAREDE.	70,73	2829,2
13	1	1000	UNIDADE	22365	"FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR MACHO RJ45 CAT.5E EM CABO UTP DE ACORDO COM A NORMA EIA/TIA-568A. O produto deve vir na embalagem original do fabricante, selada, nela deve conter informações de rastreabilidade sendo eles o código do produto, data de fabricação, contato do fabricante, além disso deve conter os detalhes do produto; Compatível com Cabo sólido e flexível; Suporte de pelo menos 750 ciclos. Logotipo do fabricante no corpo do produto, Cor: Transparente, Tipo de Conector: RJ-45, Tipo de cabo: U/UTP, Diâmetro do Condutor: 26 a 22 AWG, Material de contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso com 50µm (1,27µm) de ouro e 100µm (2,54µm) de níquel, Material do corpo do produto: Termoplástico não propagante a chama UL 94V-0, Normas Aplicáveis e Certificações: EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos, EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos, EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos, EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos Certificações: UL E173971, UL E173971. O produto deve atender as políticas de respeito ao meio ambiente RoHS Garantia, mínima de 12 meses."	13,65	13650
14	1	1000	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONECTOR MACHO	20,54	20540

					RJ45 CAT.6 EM CABO UTP DE ACORDO COM A NORMA EIA/TIA-568A. O RJ45 compatível com cabos sólidos; Na embalagem deve conter o código do produto, data de fabricação e contato do fabricante. Suporte para pelo menos 750 ciclos. Logotipo do fabricante do corpo do produto; Cor: Transparente; Tipo de conector: RJ45; Diâmetro do condutor de 26 a 22 AWG; Tipo do cabo U/UTP; Material do contato elétrico: 8 vias em bronze fosforoso de 50µm (1,27µm) de ouro e 100µm (2,54µm) de níquel; Material do corpo do produto: Termoplástico não propagante à chama UL 94V-0; Suporte a POE 802.3af e 802.3at; Normas aplicáveis e Certificações: ANSI/TIA 568.2-D e seu adendos, NBR 14565:2013 e seu adendos, UL E173971; Produto que atende às políticas de respeito ao meio ambiente RoHS; Garantia Mínima de 12 Meses..		
15	1	50	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO e INSTALAÇÃO de guia de cabos fechado abs 19" X 1U PT (87MM) acabamento com cantos arredondados, adequados ao raio de curvatura mínimo dos patch cords cat 6 ou superior. Cor preta. Dimensões: (A x L x P): 1U 44,5 x 482,6 x 87,5 mm	56,57	2828,5
16	1	60	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE ISOLADOR OLHAL 80 X 60MM COM PARAFUSO ROSCA SOBERBA PARA FIXAÇÃO DE CABEAMENTO AÉREO.	20,22	1213,2
17	1	30	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL PATCH PANEL CAT.5E T568A/B 24PORTAS SEGUINDO REQUISITOS DA NORMA ANSI/TIA/EIA-568B.2, PROVENDO SUPORTE ÀS APLICAÇÕES COMO GIGABIT ETHERNET (1000 MBPS); CARACTERÍSTICAS: IDENTIFICAÇÃO DO NÚMERO DAS PORTAS (1 ATÉ 24); SUPORTE A IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA862, ATM, VÍDEO, SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO PREDIAL, PAINEL FRONTAL EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTO IMPACTO E CHAPA DE AÇO COM PORTA ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO; PINTURA ESPECIAL ANTICORROSÃO ; FOLHETO DE MONTAGEM EM PORTUGUÊS IMPRESSO NA EMBALAGEM; COMPATIBILIDADE COM CONECTOR RJ11; CERTIFICADO UL LISTED; ALTURA 24 PORTAS: 43,7 MM (1 U DE RACK); LARGURA 482,6 MM (19"); ESPESSURA DE CHAPA 1,5MM; PESO 0,6 KG; COR PRETO; TIPO DE CONECTOR FRONTAL RJ-45 FÊMEA FIXADO EM CIRCUITO IMPRESSO; TIPO DE CABO U/UTP CAT.5E; DIÂMETRO DO CONDUTOR 26 ATÉ 22 AWG; QUANTIDADE DE POSIÇÕES 24 (MÓDULOS DE 6 PORTAS); PAINEL FRONTAL EM TERMOPLÁSTICO DE ALTO IMPACTO NÃO PROPAGANTE A CHAMA UL 94V-0; PADRÃO DE MONTAGEM T568A / T568B, CERTIFICAÇÃO ISO9001/ISO14001 A1969/A10659	620,84	18625,2
18	1	30	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PATCH PANEL SOHOPLUS CAT.6 T568A/B 24PORTAS SEGUINDO REQUISITOS DA NORMA PARA CATEGORIA 6, ANSI/TIA/EIA-568-C.2 E SEUS ADENDOS, ISO/IEC11801, FCC PARTE 68, ANSI/TIA/EIA-606-A. CARACTERÍSTICAS: IDENTIFICAÇÃO DO NÚMERO DAS PORTAS (1 ATÉ 24); SUPORTE A IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA- 862, ATM, VÍDEO, SISTEMAS DE AUTOMAÇÃO PREDIAL; PAINEL FRONTAL EM MATERIAL PLÁSTICO DE ALTO IMPACTO E CHAPA DE AÇO COM PORTA ETIQUETAS PARA IDENTIFICAÇÃO; PINTURA ESPECIAL ANTICORROSÃO ; FOLHETO DE MONTAGEM EM PORTUGUÊS IMPRESSO NA EMBALAGEM ; CONECTORES RJ-45 MONTADOS SOBRE CIRCUITOS IMPRESSOS TOTALMENTE PROTEGIDOS; COMPATIBILIDADE COM CONECTOR RJ11; CERTIFICADO UL LISTED; ALTURA 24 PORTAS: 43,7 MM (1 U DE RACK); LARGURA 482,6 MM (19"); ESPESSURA DA CHAPA 1,5MM; COR PRETO, PESO 0,6 KG; TIPO DE CONECTOR RJ-45 FÊMEA FIXADO EM CIRCUITO IMPRESSO; TIPO DE CABO U/UTP CAT.6; DIÂMETRO DO CONDUTOR 22 A 26 AWG; QUANTIDADE DE POSIÇÕES 24 (MÓDULOS DE 6 PORTAS); CERTIFICAÇÕES ISO 9001/ISO 14001; PADRÃO DE MONTAGEM T568A E T568B, ATENDER AS NORMAS, CERTIFICAÇÃO ISO 9001/ISO 14001	1750,21	52506,3
19	1	150	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE REDE ELÉTRICA EM CONJUNTO CONSTITUÍDO POR TOMADA UNIVERSAL 10A/220V E CONDULETE PVC CINZA COM TAMPA.	32,9	4935
20	1	600	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE REDE	40,68	24408

					<p>LÓGICA CONECTORIZADO DE ACORDO COM A NORMA EIA/TIA-568A EM UM CONJUNTO CONSTITUÍDO POR KEYSTONE RJ45 CAT.5E, CONDULETE PVC CINZA COM TAMPA E MOLDURA. O ponto deve atender os limites estabelecidos nas normas para CAT.5E/Classe D; Performance do canal garantida para até 4 conexões em canais de até 100 metros; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e todos os protocolos LAN anteriores; Fornecido em 5 cores diferentes para melhor identificação de seu sistema; Fornecido com Dust Cover Articulado para proteção dos contatos elétricos; Possibilidade de fixação de ícones de identificação no próprio Dust Cover; Inserção do cabo em ângulo de 90º ou 180º; Compatível com RJ-11; Acessório para proteção do contato IDC e manutenção do cabo crimpado; Possibilidade de Crimpagem T568A ou T568B; Folheto de montagem em português; Identificação de categoria na face frontal, logo do fabricante na parte superior. Tipo de Conector RJ-45 Fêmea (Keystone Jack) Conexão traseira Padrão 110 IDC, 8 posições, em bronze fósforo estanhado, para condutores de 22 a 26 AWG Tipo de cabo U/UTP Cat. 5e Material de contato elétrico Bronze fosforoso com 50µm (1,27µm) de ouro e 100µm (2,54µm) de níquel Diâmetro do Condutor 26 a 22 AWG Material do corpo do produto Termoplástico de alto impacto não propagante a chama UL 94V-0 Padrão de Montagem T568A e T568B Quantidade de Ciclos: ?1000 RJ45 e ?200 RJ11 Normas Aplicáveis e Certificações EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 4 conexões 3073041-003 Produto que atende as políticas de respeito ao meio ambiente RoHS - O produto deve estar na embalagem original fornecida pela o fabricante, no qual deve conter informações claras sobre o produto, Nome do fabricante e dados para contato - UL Listed - Garantia, mínima de 12 meses</p>		
21	1	600	UNIDADE	22365	<p>"FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PONTO DE REDE LÓGICA CONECTORIZADO DE ACORDO COM A NORMA EIA/TIA-568A EM UM CONJUNTO CONSTITUÍDO POR KEYSTONE RJ45 CAT.6, CONDULETE PVC CINZA COM TAMPA E MOLDURA.</p> <p>O ponto deve atender os limites estabelecidos nas normas para CAT.6/Classe D; Performance do canal garantida para até 4 conexões em canais de até 100 metros; Suporte a IEEE 802.3, 1000 BASE T, 1000 BASE TX, EIA/TIA-854, ANSI-EIA/TIA-862, ATM, Vídeo, Sistemas de Automação Predial e todos os protocolos LAN anteriores; Fornecido em 5 cores diferentes para melhor identificação de seu sistema; Fornecido com Dust Cover Articulado para proteção dos contatos elétricos; Possibilidade de fixação de ícones de identificação no próprio Dust Cover; Inserção do cabo em ângulo de 90º ou 180º; Compatível com RJ-11; Acessório para proteção do contato IDC e manutenção do cabo crimpado; Possibilidade de Crimpagem T568A ou T568B; Folheto de montagem em português; Identificação de categoria na face frontal, logo do fabricante na parte superior para identificação facilitada; Possibilidade de Crimpagem T568A ou T568B; Folheto de montagem em português; Identificação de categoria na face frontal, logo do fabricante na parte superior. Tipo de Conector RJ-45 Fêmea (Keystone Jack) Conexão traseira Padrão 110 IDC, 8 posições, em bronze fósforo estanhado, para condutores de 22 a 26 AWG Tipo de cabo U/UTP Cat. 6 Material de contato elétrico Bronze fosforoso com 50µm (1,27µm) de ouro e 100µm (2,54µm) de níquel Diâmetro do Condutor 26 a 22 AWG Material do corpo do produto Termoplástico de alto impacto não propagante a chama UL 94V-0 Padrão de Montagem T568A e T568B Quantidade de Ciclos: ?1000 RJ45 e ?200 RJ11 Normas Aplicáveis e Certificações EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 4 conexões 3073041-003 ETL 4 conexões 3073041-003 Produto que atende as políticas de respeito ao meio ambiente RoHS - O produto deve estar na embalagem original fornecida pela o fabricante, no qual deve conter informações claras sobre o produto, Nome do fabricante e dados para contato - UL Listed - Garantia, mínima de 12 meses"</p>	72,31	43386
22	1	30	UNIDADE	22365	<p>FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RACK DE FECHADO PADRÃO 19", ALTURA 12U, PARA INSTALAÇÃO PAREDE, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 450 MM, COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: RACK DE PAREDE TOTALMENTE</p>	1754,31	52629,3

					DESMONTÁVEL; ATENDER ESPECIFICAÇÕES ANSI/EIA RS-310-D, IEC 297-2, DIN41494 PARTES 1 E 7; GRAU DE PROTEÇÃO IP20; ESTRUTURA COM TERMINAIS DE ATERRAMENTO PORTA FRONTAL REVERSÍVEL COM VIDRO TEMPERADO, COM ÂNGULO DE ABERTURA DE 180° E FECHADURA TIPO CILINDRO; LATERAIS EM AÇO COM FECHO RÁPIDO; PLANOS COM NUMERAÇÃO DE US; ENTRADA E SAÍDA DE CABOS PELO TETO OU PELA BASE DO RACK DE PAREDE; TETO COM PREPARAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE VENTILADORES. DEVERÁ INCLUIR UMA RÉGUA COM O MÍNIMO DE 6 TOMADAS ELÉTRICAS.		
23	1	5	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RACK DE FECHADO PADRÃO 19?, ALTURA 24U, PARA INSTALAÇÃO NO PISO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 600 MM, LARGURA MÍNIMA DE 600MM COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: RACK TOTALMENTE DESMONTÁVEL; ATENDER ESPECIFICAÇÕES ANSI/EIA RS-310-D, IEC 297-2, DIN41494 PARTES 1 E 7; GRAU DE PROTEÇÃO IP20; ESTRUTURA EM AÇO E TERMINAIS DE ATERRAMENTO; PORTA FRONTAL REVERSÍVEL EM VIDRO TEMPERADO, COM ÂNGULO DE ABERTURA DE 220° E FECHADURA TIPO CILINDRO; PORTA TRASEIRA REVERSÍVEL EM AÇO ÂNGULO DE ABERTURA DE 220° E FECHADURA TIPO CILINDRO; LATERAIS EM AÇO, COM FECHO RÁPIDO; PLANOS (FRONTAL E TRASEIRO) COM NUMERAÇÃO DE US; ENTRADA E SAÍDA DE CABOS PELO TETO OU PELA BASE; TETO COM PREPARAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE VENTILADORES; ACOMPANHA O CONJUNTO QUATRO PÉS NIVELADORES; PINTURA PÓ EM MICRO EPÓXI NA COR PRETA RAL 9004. DEVERÁ INCLUIR UMA RÉGUA COM O MÍNIMO DE 6 TOMADAS ELÉTRICAS E UMA BANDEJA FIXA FRONTAL.	3245,2	16226
24	1	5	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RACK DE FECHADO PADRÃO 19?, ALTURA 44U, PARA INSTALAÇÃO NO PISO, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 800 MM, LARGURA MÍNIMA 600MM COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: RACK TOTALMENTE DESMONTÁVEL; ATENDER ESPECIFICAÇÕES ANSI/EIA RS-310-D, IEC 297-2, DIN41494PARTES 1 E 7; GRAU DE PROTEÇÃO IP20; ESTRUTURA EM AÇO E TERMINAIS DE ATERRAMENTO; PORTA FRONTAL REVERSÍVEL EM VIDRO TEMPERADO, COM ÂNGULO DE ABERTURA DE 220° E FECHADURA TIPO CILINDRO; PORTA TRASEIRA REVERSÍVEL EM AÇO ÂNGULO DE ABERTURA DE 220° E FECHADURA TIPO CILINDRO; LATERAIS EM AÇO, COM FECHO RÁPIDO; PLANOS (FRONTAL E TRASEIRO) COM NUMERAÇÃO DE US; ENTRADA E SAÍDA DE CABOS PELO TETO OU PELA BASE; TETO COM PREPARAÇÃO PARA INSTALAÇÃO DE VENTILADORES; ACOMPANHA O CONJUNTO QUATRO PÉS NIVELADORES; PINTURA PÓ EM MICRO EPÓXI NA COR PRETA RAL 9004. DEVERÁ INCLUIR UMA RÉGUA COM O MÍNIMO DE 6 TOMADAS ELÉTRICAS E DUAS BANDEJAS DE 700MM COM FIXAÇÃO FRONTAL E TRAZEIRA.	4873,37	24366,85
25	1	10	UNIDADE	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE RACK FECHADO PADRÃO 19?, ALTURA 8U, PARA FIXAÇÃO EM PAREDE, PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 470 MM, PORTA COM VISOR EM ACRÍLICO CRISTAL OU FUMÊ COM FECHAMENTO À CHAVE, PINTURA EPÓXI, SAÍDA PARA CABOS NA PARTE SUPERIOR E INFERIOR, LATERAIS REMOVÍVEIS FIXADAS COM PARAFUSO, PERFIS VERTICAIS COM FURAÇÃO PARA PORCA GAIOLA, INCLUINDO RÉGUA COM O MÍNIMO DE 5 TOMADAS ELÉTRICAS.	1613,18	16131,8
26	1	20	UNIDADE	22365	"Fornecimento e instalação de Suporte De Antena Parede Cavalete Duplo Tubo 1 Polegada e haste para fixação de rádio ou Access Point. Tubo: Diâmetro externo 32 mm, interno 33 mm. Espessura 0,90 mm Haste: 18 mm, espessura 2,5 mm, furo 7 mm; fixação em parede; Distância da parede aproximadamente: 15 cm; Acompanha 4 parafusos para fixação; Medida aproximada da peça: 20 cm x 10 cm; Material: ferro"	297,1	5942
27	1	450	METRO	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUPORTE PARA CABEAMENTO AÉREO EM ARAME GALVANIZADO NR. 16, INCLUINDO AMARRAÇÃO COM FITA DE ALUMÍNIO 1X10MM	5,35	2407,5
28	1	20	UNIDADE	22365	"FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SWITCH 24 PORTAS:	5916,67	118333,4

					<p>Capacidade de operação em camada 2 do modelo OSI; 24 (vinte e quatro) portas 10/100/1000BaseT, RJ-45. Todas as portas devem operar automaticamente MDI/MDIX; 4 (quatro) interfaces 1000Mb/s, SFP, para conexão de transceivers SX e LX;</p> <p>Deve possuir capacidade para, pelo menos, 16.000 endereços MAC na tabela de comutação.</p> <p>Deve possuir switching bandwidth full-duplex de, no mínimo, 56 Gbps e taxa de encaminhamento de no mínimo, 41,6 Mpps;</p> <p>Possuir Processador de no mínimo 800MHz, com memória de CPU de pelo menos 256MB; memória flash de 128MB, e buffer de 1,5MB alocada dinamicamente;</p> <p>Permitir a agregação de portas (Link Aggregation) com suporte a pelo menos 8 grupos com no mínimo 6 portas;</p> <p>Deve suportar a utilização de IPv4 e IPv6;</p> <p>Permitir a criação/configuração de pelo menos 512 VLANs simultâneas, conforme o protocolo 802.1Q.</p> <p>Deve permitir setar a VLAN ID entre 1 e 4093;</p> <p>Implementar VLAN Tagging, conforme protocolo 802.1Q;</p> <p>Implementar extensões para private VLAN;</p> <p>Deve permitir o uso do protocolo SpanningTree (STP), suportando os padrões IEEE 802.1w (RapidSpanningTree) e IEEE 802.1s (MultipleSpanningTree), com filtros BPDU;</p> <p>Deve implementar funcionalidade de separação do tráfego de voz e dados em uma mesma porta de acesso;</p> <p>Deve implementar em todas as interfaces do switch o protocolo IGMP Snooping (v1, v2 e v3), não permitindo que o tráfego multicast seja tratado como broadcast no switch;</p> <p>Implementar 802.1X com assinalamento automático de VLAN;</p> <p>Implementar link aggregation em conformidade com 802.3ad;</p> <p>Possuir Access Control List (ACL) para MAC e IP;</p> <p>Deve suportar Jumbo Frames de, no mínimo, 9 KBytes;</p> <p>Permitir a administração e o gerenciamento através de SNMP v1, v2c, e v3;</p> <p>Deve implementar o protocolo LLDP (IEEE 802.1AB);</p> <p>Deve permitir a administração e gerenciamento através de interface Web, linha de comando (CLI) e serial;</p> <p>Deve possuir porta de console para ligação direta e acesso à interface de linha de comando. Poderá ser fornecida porta de console com interface USB. O cabo deve ser fornecido;</p> <p>Deve implementar o protocolo Telnet para acesso à interface de linha de comando;</p> <p>Deve suportar o protocolo SSH para gerenciamento remoto;</p> <p>Deve implementar mecanismo de autenticação para acesso local ou remoto ao equipamento baseada em um Servidor de Autenticação/Autorização do tipo TACACS+ e RADIUS;</p> <p>Deve implementar mecanismos de AAA (Authentication, Authorization e Accounting) ;</p> <p>Deve possuir a facilidade de priorização de tráfego através do protocolo IEEE 802.1p;</p> <p>Atualização de firmware com suporte a 2 imagens do sistema para fins de redundância;</p> <p>Deve permitir o stacking (empilhamento) virtual de até 16 equipamentos para realizar o gerenciamento através de um único IP;</p> <p>Suporte a sFlow conforme RFC 3176;</p> <p>Fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V ou 220V com comutação automática / 60Hz. Deve ser incluído cabo de força no padrão brasileiro (NBR14136), de, no mínimo, 1.5m;</p> <p>Possuir no máximo 1U de altura, compatível com rack padrão 19".</p> <p>Acompanhar os devidos acessórios do fabricante para instalação no rack;</p> <p>O equipamento deverá estar em linha de produção. Não serão aceitos modelos descontinuados nem que estejam anunciados para serem descontinuados pelo fabricante;</p> <p>Ser fabricado em conformidade com padrão RoHS;</p> <p>É indispensável a apresentação de Marca/Fabricante e Modelo;</p> <p>Comprovar que o fabricante dispõe de site publicamente acessível (via browser HTTP), no qual disponibilize versões atualizadas de firmware/software, informações técnicas e garantia do equipamento;</p> <p>Garantia mínima de 12 Meses pelo fabricante.</p> <p>Modelo de Referência: Aruba 2530-24G (J9776A)"</p>		
29	1	20	UNIDADE	22365	<p>"FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SWITCH 48PORTAS:</p> <p>Capacidade de operação em camada 2 do modelo OSI; 48(vinte e quatro) portas 10/100/1000BaseT, RJ-45. Todas as portas devem operar automaticamente MDI/MDIX;</p>	10402	208040

					<p>4 (quatro) interfaces 1000Mb/s, SFP, para conexão de transceivers SX e LX;</p> <p>Deve possuir capacidade para, pelo menos, 16.000 endereços MAC na tabela de comutação.</p> <p>Deve possuir switching bandwidth full-duplex de, no mínimo, 104 Gbps e taxa de encaminhamento de no mínimo 77,3 Mpps;</p> <p>Possuir Processador de no mínimo 800MHz, com memória de CPU de pelo menos, 256MB; memória flash de 128MB, e buffer de 3MB alocada dinamicamente;</p> <p>Permitir a agregação de portas (Link Aggregation) com suporte a pelo menos 8 grupos com no mínimo 6 portas;</p> <p>Deve suportar a utilização de IPv4 e IPv6;</p> <p>Permitir a criação/configuração de pelo menos 512 VLANs simultâneas, conforme o protocolo 802.1Q.</p> <p>Deve permitir setar a VLAN ID entre 1 e 4093;</p> <p>Implementar VLAN Tagging, conforme protocolo 802.1Q;</p> <p>Implementar extensões para private VLAN;</p> <p>Deve permitir o uso do protocolo SpanningTree (STP), suportando os padrões IEEE 802.1w (RapidSpanningTree) e IEEE 802.1s (MultipleSpanningTree), com filtros BPDU;</p> <p>Deve implementar funcionalidade de separação do tráfego de voz e dados em uma mesma porta de acesso;</p> <p>Deve implementar em todas as interfaces do switch o protocolo IGMP Snooping (v1, v2 e v3), não permitindo que o tráfego multicast seja tratado como broadcast no switch;</p> <p>Implementar 802.1X com assinalamento automático de VLAN;</p> <p>Implementar link aggregation em conformidade com 802.3ad;</p> <p>Possuir Access Control List (ACL) para MAC e IP;</p> <p>Deve suportar Jumbo Frames de, no mínimo, 9 KBytes;</p> <p>Permitir a administração e o gerenciamento através de SNMP v1, v2c, e v3;</p> <p>Deve implementar o protocolo LLDP (IEEE 802.1AB);</p> <p>Deve permitir a administração e gerenciamento através de interface Web, linha de comando (CLI) e serial;</p> <p>Deve possuir porta de console para ligação direta e acesso à interface de linha de comando. Poderá ser fornecida porta de console com interface USB. O cabo deve ser fornecido;</p> <p>Deve implementar o protocolo Telnet para acesso à interface de linha de comando;</p> <p>Deve suportar o protocolo SSH para gerenciamento remoto;</p> <p>Deve implementar mecanismo de autenticação para acesso local ou remoto ao equipamento baseada em um Servidor de Autenticação/Autorização do tipo TACACS+ e RADIUS;</p> <p>Deve implementar mecanismos de AAA (Authentication, Authorization e Accounting) ;</p> <p>Deve possuir a facilidade de priorização de tráfego através do protocolo IEEE 802.1p;</p> <p>Atualização de firmware com suporte a 2 imagens do sistema para fins de redundância;</p> <p>Deve permitir o stacking (empilhamento) virtual de até 16 equipamentos para realizar o gerenciamento através de um único IP;</p> <p>Suporte a sFlow conforme RFC 3176;</p> <p>Fonte de alimentação interna com capacidade para operar em tensões de 110V ou 220V com comutação automática / 60Hz. Deve ser incluído cabo de força no padrão brasileiro (NBR14136), de, no mínimo, 1.5m;</p> <p>Possuir no máximo 1U de altura, compatível com rack padrão 19".</p> <p>Acompanhar os devidos acessórios do fabricante para instalação no rack;</p> <p>O equipamento deverá estar em linha de produção. Não serão aceitos modelos descontinuados nem que estejam anunciados para serem descontinuados pelo fabricante;</p> <p>Ser fabricado em conformidade com padrão RoHS;</p> <p>É indispensável a apresentação de Marca/Fabricante e Modelo;</p> <p>Comprovar que o fabricante dispõe de site publicamente acessível (via browser HTTP), no qual disponibilize versões atualizadas de firmware/software, informações técnicas e garantia do equipamento;</p> <p>Garantia mínima de 12 meses pelo fabricante;</p> <p>Modelo de Referência: Aruba 2530-48G (J9775A)"</p>		
30	1	75	METRO	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIA PARA DISTRIBUIÇÃO DE REDE LÓGICA EM SISTEMA DE CALHA DE PVC 50x50 CINZA COM TAMPA	47,4	3555
31	1	900	METRO	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIA PARA DISTRIBUIÇÃO DE REDE LÓGICA EM SISTEMA DE ELETROCALHA GALVANIZADA TIPO "U", 100X50 MM,	55,33	49797

					CHAPA 20, PERFURADA NAS LATERAIS E NA BASE, SEM TAMPA.		
32	1	3000	METRO	22365	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE VIA PARA DISTRIBUIÇÃO DE REDE LÓGICA OU ELÉTRICA EM SISTEMA DE ELETRODUTO RÍGIDO EM PVC CINZA DE 1".	29,1	87300
33	1	800	METRO	22365	FORNECIMENTO E PASSAGEM DE CABO DE FIBRA ÓPTICA AUTOSSUSTENTÁVEL MONOMODO, COM NO MÍNIMO 04 FIBRAS, EM POSTEAMENTO EXISTENTE. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 15596, ITU-T G 652, ITU-T G 657; ELEMENTO DE SUSTENTAÇÃO EM FIO DE AÇO GALVANIZADO COM DI METRO NOMINAL DE 1,3 MM, CAMADA EXTERNA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE A FUNGOS, INTEMPÉRIES E RAIOS UV, APLICADA POR PROCESSO DE EXTRUSÃO SIMULTANEAMENTE SOBRE O NÚCLEO E FIO DE AÇO DE SUSTENTAÇÃO NA COR PRETA. O REVESTIMENTO EXTERNO DEVE SER NÃO PROPAGANTE À CHAMA CLASSE COG.	7,82	6256
34	1	400	METRO	22365	FORNECIMENTO E PASSAGEM DE CABO DE FIBRA ÓPTICA AUTOSSUSTENTÁVEL MULTIMODO 50µm OU MULTIMODO 65µm, COM NO MÍNIMO 04 FIBRAS, EM POSTEAMENTO EXISTENTE. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 15596, ITU-T G 652, ITU-T G 657; ELEMENTO DE SUSTENTAÇÃO EM FIO DE AÇO GALVANIZADO COM DI METRO NOMINAL DE 1,3 MM, CAMADA EXTERNA EM MATERIAL TERMOPLÁSTICO RESISTENTE A FUNGOS, INTEMPÉRIES E RAIOS UV, APLICADA POR PROCESSO DE EXTRUSÃO SIMULTANEAMENTE SOBRE O NÚCLEO E FIO DE AÇO DE SUSTENTAÇÃO NA COR PRETA. O REVESTIMENTO EXTERNO DEVE SER NÃO PROPAGANTE À CHAMA CLASSE COG.	13,31	5324
35	1	400	METRO	22365	FORNECIMENTO E PASSAGEM DE CABO DE FIBRA ÓPTICA MONOMODO, COM NO MÍNIMO 04 FIBRAS. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 14772, ITU-T G 651, ITU-T G 652, ITU-T G 657; CAPA EXTERNA SOBRE O NÚCLEO DO CABO DEVE SER APLICADO POR EXTRUSÃO UM REVESTIMENTO DE MATERIAL TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE À CHAMA E RESISTENTE A FUNGOS E RAIOS "UV", O REVESTIMENTO EXTERNO DEVE SER NÃO PROPAGANTE À CHAMA CLASSE COG.	8,38	3352
36	1	200	METRO	22365	FORNECIMENTO E PASSAGEM DE CABO DE FIBRA ÓPTICA MULTIMODO 50µm OU MULTIMODO 65µm, COM NO MÍNIMO 04 FIBRAS. COM AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: ATENDER AS NORMAS ABNT NBR 14772, ITU-T G 651, ITU-T G 652, ITU-T G 657; CAPA EXTERNA SOBRE O NÚCLEO DO CABO DEVE SER APLICADO POR EXTRUSÃO UM REVESTIMENTO DE MATERIAL TERMOPLÁSTICO NÃO PROPAGANTE À CHAMA E RESISTENTE A FUNGOS E RAIOS "UV", O REVESTIMENTO EXTERNO DEVE SER NÃO PROPAGANTE À CHAMA CLASSE COG.	10,86	2172
37	1	800	METRO	22365	FORNECIMENTO E PASSAGEM DE CABO ELÉTRICO 2,5MM (FASE/NEUTRO/TERRA) ATRAVÉS DE ELETRODUTO JÁ EXISTENTE.	5,03	4024
38	1	20000	METRO	22365	"FORNECIMENTO E PASSAGEM DE CABO UTP CAT.5E ATRAVÉS DE VIA JÁ EXISTENTE. CAT.5e 24AWG X4P 305M - CAT.5e; U/UTP ? 4 pares trançados em cobre nu, Bitola: 24 AWG Cor: Azul Capa externa: PVC NVP (Velocidade Nominal de Propagação): 68%; Produto que atende às políticas de respeito ao meio ambiente RoHS . Isolado em Polietileno especial não propagante à chama Garantia, mínima: 12 meses"	6,36	127200
39	1	20000	METRO	22365	FORNECIMENTO E PASSAGEM DE CABO UTP CAT.6 ATRAVÉS VIA JÁ EXISTENTE. CABO UTP CAT.6 24AWG X4P 305M - CAT6; U/UTP ? 4 pares trançados compostos de condutores sólidos de cobre nu, 24 AWG, isolados em polietileno especial Capa externa: PVC Caixa FASTBOX em lance padrão de 305 metros 6,0 mm NVP (Velocidade Nominal de Propagação): 68% - Marcação sequencial métrica decrescente (305 ? 0 m) - Produto de acordo com	9,12	182400

					as diretrizes RoHS Isolado em Polietileno especial não propagante à chama Garantia mínima: 12 meses		
40	1	650	UNIDADE	22365	IDENTIFICAÇÃO COM FORNECIMENTO DE ETIQUETA IMPRESSA AUTO-ADESIVA PERMANENTE NAS DUAS EXTREMIDADES DE UMA CONEXÃO DE REDE.	4,4	2860

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Universidade Federal de Pelotas (UFPeI) possui uma rede metropolitana (REDECOMEP - 2006-2021) promovida pela Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), à qual são interligados a maioria de seus prédios, formando um anel óptico de alta velocidade. Cerca de 14 prédios, próprios e alugados, dos quais não foram contemplados pela REDECOMEP, possuem acesso à rede interna da Instituição por meio de um prestador de serviços contratado.

2.1.1. Dentre as principais características e necessidades solicitadas nos últimos anos à equipe de TI da Instituição, a ativação de novos pontos de rede para acesso à Internet, ativação de câmeras (serviço de vigilância patrimonial) e VoIP (telefonia) tiveram a maior parcela de atendimento.

2.2. Justifica-se a aquisição por lote tendo em vista de se tratar de uma contratação de serviço por uma empresa que atenderá por demanda. Os serviços executados devem ser todos de sua responsabilidade da mesma empresa para prover compatibilidade e também agilidade na execução do serviço. Para fins de fiscalização do contrato com o objetivo do cumprimento da qualidade e do prazo, uma única empresa provê melhores controles e organização para a UFPEL.

3. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. Declaramos para os devidos fins que os serviços a serem contratados são de natureza comum conforme decreto 10.024 de 20 de setembro de 2019, art. 3º, inciso II. Consideram-se serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado.

3.2. Trata-se de serviço comum de caráter continuado sem fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

3.3. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.4. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4. DO PRAZO E DO LOCAL DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato.

4.2. Os serviços objeto deste Contrato deverão ser prestados na Universidade Federal de Pelotas, que é constituída de diversos prédios agrupados em dois municípios: Capão do Leão, com Campus único mais duas Unidades (Centro Agropecuário da Palma e Eclusa do Canal São Gonçalo), e Pelotas, com os prédios agrupados por campi enraizados na cidade, conforme listagem de prédios anexa, podendo ser verificado no mapa de prédios disponível no link <https://wp.ufpel.edu.br/terceirizados/mapa-terceirizacao/>.

5. DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.1. O presente contrato prevê que haverá diversas solicitações, não havendo valor mínimo para ser atendido. A CONTRATADA deve fazer visita ao local, com agendamento prévio, afim de realizar o projeto executivo necessário para execução do serviço solicitado, todos os itens constantes nesta avaliação devem estar contemplados neste Edital. A visita deve ser realizada em no máximo 03 dias úteis após a solicitação provida da CONTRATANTE.

5.2. A CONTRATADA deve enviar proposta comercial segundo o modelo fornecido (Anexo VII – Modelo de Orçamento) em no máximo 01 dia úteis após a visita ao local, esta avaliação deverá ser enviada por e-mail para a equipe de fiscalização do contrato.

5.3. A avaliação por meio da visita técnica da CONTRATADA a um dos prédios da CONTRATANTE não implica custos para a CONTRATADA.

5.4. Execução dos serviços devem iniciar em no máximo 07 dias úteis quando caracterizado como demanda convencional, contar da ordem de serviço, sob pena de multa de 2% do valor do projeto, apontado pela avaliação realizada pela CONTRATADA. Excepcionalmente, a execução dos serviços que contenham a instalação dos equipamentos switches e AP roteador (itens 36, 37 e 38) serão executados em no máximo 20 dias úteis.

5.5. A Execução de serviços caracterizado como demanda URGENTE, A CONTRATADA disporá de 1 (um) dia útil para fazer visita ao local, envio da proposta comercial no mesmo dia da visita e a execução dos serviços devem iniciar em no máximo 01 (um) dia útil a contar da ordem de serviço.

5.6. A prioridade e as definições de demandas convencionais ou urgentes serão definidas pela CONTRATANTE.

5.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trintas) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.8.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

A Solicitação deverá ser enviada por e-mail para a CONTRATADA, este e-mail será enviado através do e-mail institucional de um dos membros da equipe fiscalização ligados ao Núcleo de Infraestrutura de T.I.

6. DA NOTA DE EMPENHO

6.1. A empresa será comunicada, via e-mail, da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência. O prazo para execução dos serviços começará a contar a partir do recebimento do e-mail. Caso a empresa não confirme o recebimento do e-mail, o prazo começará a contar 24 horas após o envio do e-mail.

6.2. A disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência não gera expectativa para a empresa. A empresa deve aguardar o envio do e-mail, no qual será indicado o link da Nota de Empenho no referido Portal.

6.3. Na Proposta a ser encaminhada deverá conter o nome, telefone e e-mail (endereço eletrônico) do Responsável da Empresa pelo recebimento do e-mail informando da disponibilidade da Nota de Empenho no Portal da Transparência.

7. DA NOTA FISCAL

7.1. Quando da emissão da Nota Fiscal, deverá ser fornecido nesta ou em anexo a mesma os dados bancários da Empresa. Deverá ser informado na Nota Fiscal, ainda, a descrição completa e detalhada dos serviços, entre outros dados que forem considerados essenciais.

7.2. De acordo com o ofício circular nº 11/2010, do Departamento de Finanças e Contabilidade da UFPel, a partir de 01/12/2010 todas as entregas devem vir acompanhadas da NOTA FISCAL ELETRÔNICA (NF-E), em substituição às notas fiscais modelo 1 e 1-A, conforme Protocolo ICMS 42/2009.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.1.6. solicitar à contratada todas as providências necessárias ao bom andamento do objeto contratado;

8.1.7. permitir o livre acesso dos empregados da empresa a ser contratada às dependências da UFPel para tratar de assuntos pertinentes aos serviços contratados;

8.1.8. rejeitar, no todo ou em parte, os materiais entregues em desacordo com o contrato;

8.1.9. proporcionar todas as condições necessárias ao bom andamento da execução dos objetos contratados;

8.1.10. prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;

8.1.11. notificar a empresa, por escrito, por ocorrência de eventuais irregularidades observadas na execução do contrato e solicitar o reparo, a correção, a remoção, a reconstrução ou a substituição do objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, fixando prazo para tal;

8.1.12. receber o objeto no dia previamente agendado, no horário de funcionamento da unidade responsável pelo recebimento.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

9.1.1. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.2. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

- 9.1.3. comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 9.1.4. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar à Contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições;
- 9.1.5. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 9.1.6. respeitar as normas e procedimentos de controle interno, inclusive de acesso às dependências do UFPEL;
- 9.1.7. arcar com as despesas diretas e indiretas;
- 9.1.8. relatar de imediato a UFPEL toda e qualquer irregularidade observada em virtude da execução dos serviços;
- 9.1.9. responsabilizar-se pelo fiel cumprimento das obrigações constantes deste Termo de Referência e Proposta apresentada pela Contratada;
- 9.1.10. manter todos os seus dados cadastrais atualizados junto ao SICAF;
- 9.1.11. prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Contratante.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. INFORMAÇÕES GERAIS

- 11.1. As penalidades contratuais são as previstas no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigo 49 do Decreto n. 10.024/2019 e demais normas cogentes: *“Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais”.*

ANEXO II TERMO DE REFERÊNCIA - B (ANEXO EM MÍDIA APARTADA)

ANEXO III ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO (ANEXO EM MÍDIA APARTADA)

ANEXO IV MINUTA DE TERMO DE CONTRATO (ANEXO EM MÍDIA APARTADA)

ANEXO V MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA (ATESTADO DE VISITA TÉCNICA)

Declaramos, para fins de participação na licitação, modalidade Pregão Eletrônico, Edital nº 21/2022, para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO E COMPRA DE MATERIAL PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO**, que a Empresa _____, representada pelo Sr(a). _____, visitou o local onde serão executados os serviços solicitados.

Pelotas, ____ de _____ de 2021.

Representante Legal da Empresa
Nome Legível:

CPF: _____

ANEXO VI**MODELO DE DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE**

Somente exigido caso não seja realizada a Visita Técnica (Vistoria)

Declaramos, para fins de participação na licitação, modalidade Pregão Eletrônico, Edital nº 21/2022, para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO E COMPRA DE MATERIAL PARA CABEAMENTO ESTRUTURADO**, que a Empresa _____, inscrita no CNPJ sob o Nº _____, com sede na _____, nº _____, na cidade de _____, representada pelo(a) Sr(a). _____, não realizou a visita técnica no local onde serão executados os serviços solicitados.

Independente deste fato, a empresa declara que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos. Assim, assume, sob as penalidades da Lei, total responsabilidade por esse fato e que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a UFPEL.

Pelotas, ____ de _____ de 2021.

Representante Legal da Empresa
Nome Legível:

CPF: _____

ANEXO IV**MODELO DE ORÇAMENTO
(ANEXO EM MÍDIA APARTADA)**

Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DA SILVA CAMPELO**, Assistente em Administração, em 27/05/2022, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 4º, § 3º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufpel.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1714537** e o código CRC **192BE786**.